

A.C

Righi acredita na aprovação de sua emenda, no dia 12

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PTB na Câmara, deputado Gasthone Righi (SP), disse ontem no Congresso que o presidente José Sarney assegurou-lhe, pela segunda vez, que não vai interferir na votação de sua emenda constitucional,



prevista para o dia 12, de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A proposta do parlamentar transforma o Congresso a ser eleito em novembro de 1986 em Constituinte no seu primeiro ano de funcionamento, 87. Já o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE) defendeu a iniciativa do governo no que diz respeito à convocação.

Righi contou ter conversado com Sarney sobre seu projeto no final do encontro que o presidente teve com Jânio Quadros e o governador do Distrito Federal, José Aparecido. Segundo ele, Sarney não lhe fez nenhuma objeção e até observou que não há ainda decisão no governo quanto à situação, na Constituinte, dos 23 senadores — um terço do Senado — eleitos em 82 e com mandato até janeiro de 1990.

"O presidente Sarney informou que o governo ainda não resolveu se promoveria ou não uma consulta ao eleitorado, para considerar como constituintes os senadores eleitos em 82. De minha parte, considero tal proposta uma aberração", acrescentou o líder petebista. A seu ver, haveria um quadro desigual e insólito se, por exemplo, o eleitorado ratificasse, em Minas, o senador Itamar Franco como membro da Constituinte, ou o senador Marco Maciel, em Pernambuco, e dissesse "não" a Severo Gomes, em São Paulo. "A solução — defendeu Righi — é o atual Congresso, com o voto de dois terços de cada Casa, considerar aqueles senadores como integrantes da futura Constituinte, como proponho na emenda."

O parlamentar não só está propondo, como fazendo muita propaganda do projeto. Ele enviou carta aos 23 senadores de 82, pedindo apoio à sua emenda. Telegrafou também a todos os demais deputados e senadores, pedindo sua presença em plenário no dia 12, para a votação. O apelo consta ainda de cartazes e folhetos que Righi espalhou pelo Congresso.

Alguns deputados até reclamaram da publicidade feita pelo líder petebista, e as queixas foram levadas ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, pelo 2º vice-presidente, Carlos Wilson (PMDB-PE). Apesar de transmitir o pedido de retirada

dos cartazes, o próprio Wilson defendeu o direito de Righi de divulgar suas idéias, pelos precedentes existentes na Casa, com o que Ulysses também concordou.

A oposição do deputado Oswaldo Lima Filho, ao contrário, é de outra natureza. Segundo ele, a iniciativa de convocação da Constituinte deveria caber ao Executivo, uma tradição histórica, não se justificando que neste momento seja rompida.

Em defesa da proposta de Gasthone Righi, o deputado Mendes Botelho (PTB-SP) argumentou que o projeto do líder de seu partido deve ter precedência para votação. Na opinião dele, durante os governos autoritários os partidos então na oposição, especialmente o PMDB, sempre protestaram contra a prática governamental de articular a rejeição de emendas de iniciativa do Congresso, para fazer aprovar as de sua própria redação, mesmo que fossem cópias fiéis das anteriores.

Para Mendes Botelho trata-se, sobretudo, de um mínimo de coerência, uma vez que os objetivos pretendidos são os mesmos, não havendo razões de ordem lógica que desaconselhem a aprovação da emenda Righi.

Carta não resolve tudo, diz jornalista

A redemocratização do País passa necessariamente pela Constituinte, mas é um risco achar que a nova Carta vai resolver em si situações como a desigualdade social. É o que diz o professor e jornalista José Eduardo Faria em seu livro "A crise constitucional e a restauração da legitimidade", que acaba de ser lançado por Sérgio Antônio Fabris Editor. Em 70 páginas, Faria, professor-adjunto do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da USP e articulista do Jornal da Tarde, discute os temas políticos atuais e chama a atenção para outros aspectos da Constituinte.

"O efetivo exercício da democracia exige algo mais do que sua mera regulamentação formal. Requer, por exemplo, ao lado da correção das desigualdades sociais, o fortalecimento das instituições legislativas e o adensamento das diferentes formas de participação política, em condições de propiciar aos grupos, categorias e classes economicamente desfavorecidos maior representatividade nos círculos de poder", diz, ele, advertindo para o risco de o País ter apenas uma democracia formal, que não ofereça base para mudanças reais.